

Desarticulação começa nos ministérios

BRASÍLIA — Ao centralizar no Ministério da Justiça a coordenação política do Governo sem, ao mesmo tempo, oferecer instrumentos e condições para viabilizá-la, o Presidente Fernando Collor, na opinião dos políticos, dificultou ainda mais seu relacionamento com o Congresso. Se deixar essa função apenas nas mãos do Ministro da Justiça, evitando uma aproximação pessoal com os políticos, Collor deverá enfrentar mais problemas com o Congresso que se renova em fevereiro.

A estrutura montada pelo Governo só serviu até agora para dificultar a comunicação entre o Congresso e o Planalto. Ao esvaziar o Gabinete Civil, transformando-o numa Secretaria meramente burocrática, Collor criou mais obstáculos. Deixando claro que não queria a presença de políticos batendo à sua porta, nomeou para o cargo o seu cunhado, o Embaixador Marcos Coimbra, que além de não ter trânsito no Congresso, não fez, ao longo dos oito meses de Governo, qualquer esforço para uma aproximação. É, constantemente, alvo de queixas dos parlamentares, que não têm a quem recorrer para fazer cobranças e pedidos.

Além de esvaziar o Gabinete Civil, Collor tem mantido no cargo de Assessor Parlamentar da Presidência da República ex-congressistas que trocaram o trânsito no Congresso pela tarefa legislativa, levando e trazendo projetos e decretos para assinatura do Presidente. Primeiro nomeou Gilton Garcia, que teve uma rápida passagem no cargo, sendo depois nomeado por Collor para Governador do Amapá. Ele foi substituído por Geraldo Guedes, um desconhecido no Congresso.

— O Geraldo é um homem de bem, mas ninguém o conhece aqui. Além do mais, ele não tem experiência no Congresso — disse um parlamentar ligado ao Planalto.

Em vez de chamar mais constantemente os políticos para conversar, Collor optou por analisar o comportamento do Congresso através de um computador instalado em seu Gabinete, que sua Assessoria Parlamentar ajuda a abastecer. Sem acesso ao Planalto, os parlamentares correm em direção ao Ministério da Justiça, onde o seu titular precisa se desdobrar em várias tarefas: é ao mesmo tempo Assessor Parlamentar e Coordenador Político.

O seu antecessor, Bernardo Cabral, tem confundido a amigos que Collor terá ainda mais dificuldade no novo Congresso, sobretudo se mantiver o desinteresse em se relacionar com os políticos. Deixar tudo

nas mãos do Ministro da Justiça, na avaliação de parlamentares ligados ao Governo, é mais cômodo para o Presidente, que se desgasta menos, mas ao mesmo tempo é arriscado, porque cria uma distância que poderá ser negativa quando estiverem em votação projetos de seu interesse.

Na avaliação de políticos experientes, como o Governador eleito da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, Collor terá de arregaçar as mangas ou mudar essa estrutura centralizadora que criou, caso queira conquistar o apoio do novo Congresso.

Por sua vez, o Deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), que foi Líder e Chefe do Gabinete Civil do Governo Sarney, recomenda mais humildade ao Presidente:

— Ele precisa descer do pedestal.

O Líder do Governo em exercício, Senador Ney Maranhão, acha que é indispensável que o Presidente dê condições ao Ministro Passarinho para que ele possa executar sua missão. Reconhece que a missão é difícil, uma vez que qualquer negociação com o Congresso precisará ter, em primeiro lugar, o aval do próprio Collor. No caso da negociação da política salarial, Passarinho foi desautorizado pela Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, a barganhar com o Congresso e, quando a Oposição propôs elaborar um projeto para ser discutido com o Governo, ouviu uma resposta vaga do Líder do Governo em exercício na Câmara, Humberto Souto.

— Mas o Presidente está no Japão ...

Na avaliação de parlamentares e assessores do Governo Sarney, ao nomear Passarinho para o Ministério da Justiça Collor criou um problema para ele mesmo:

— O problema é que o Presidente levou um grande negociador, mas não lhe deu o que negociar — observou o Deputado Eduardo Siqueira Campos (PDC), menos otimista que o Senador Ney Maranhão.

Além de seu esforço pessoal, Collor precisará também orientar os seus ministros para ter um relacionamento eficaz com o Congresso. Os atuais parlamentares continuam a se queixar do desinteresse dos ministros em recebê-los. Na votação do plano econômico, os Líderes ainda conseguiam audiência, o que não acontece mais agora diante da desarticulação da própria liderança governista.

— Se continuar assim vamos voltar à época militar e só carimbar papéis — frisou o Líder do PDS, Amaral Neto.